

**UMA JORNADA  
SOCIOESPACIAL: O RETORNO  
SEMPRE NOVO ÀS RUAS NAS  
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO  
DE 2013 NO BRASIL**

**Gustavo Souza Santos**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO CEARÁ - UECE**

Citação: SANTOS, G. S. UMA  
JORNADA SOCIOESPACIAL: O  
RETORNO SEMPRE NOVO ÀS  
RUAS NAS MANIFESTAÇÕES  
DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL.  
**Revista GeoUECE (online)**, v.  
08, n. 15, p. 47-65, jul./dez. 2019.  
ISSN 2317-028X.



## UMA JORNADA SOCIOESPACIAL: O RETORNO SEMPRE NOVO ÀS RUAS NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

### UNA JORNADA SOCIOESPACIAL: EL RETORNO SIEMPRE NUEVO A LAS RUAS EN LAS MANIFESTACIONES DE JUNIO DE 2013 EN BRASIL

### A SOCIO-SPATIAL JOURNEY: THE ALWAYS NEW RETURN TO THE STREETS IN 2013 JUNE DEMONSTRATIONS IN BRAZIL

Gustavo Souza SANTOS <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), onde também é mestre em Geografia, e-mail: gustavo.ccpv@gmail.com

#### RESUMO

As Jornadas de Junho denominam uma série de protestos ocorridos em todo o Brasil entre 16 e 30 de junho de 2013 com escopo amplo e integração em multiescalas. As demandas reivindicavam a garantia de direitos sociais, bem como reformas políticas. Espacialmente, os atos se difundiram em multiescalas, envolvendo cidades de pequeno, médio e grande porte, ocupando ruas, espaços públicos e de governança, além do uso arregimentador das redes sociais. A proposta deste estudo se dá pela investigação da dinâmica socioespacial do encadeamento dos eventos das Jornadas de Junho, procurando capitular suas origens, organização, desenvolvimento, escopo, relações, proporções e sentidos à guisa de operações, práticas e processos socioespaciais. As ruas e os espaços públicos são símbolos dos fluxos produtivos que configuram a cidade e sua (i)materialidade. Quando obstruídos e ocupados de modo insurgente, tornam-se esteios de agência e potência sociopolítica. Nos atos analisados, o espaço da cidade radicado ao espaço on-line tornaram-se indumentária de insurgência.

**Palavras-chave:** Jornadas de Junho. Movimentos sociais. Dinâmica Espacial. Rua.

#### RESUMEN

Los días de junio son una serie de protestas que tuvieron lugar en todo Brasil entre el 16 y el 30 de junio de 2013 con un amplio alcance y una integración a gran escala. Las demandas exigieron la garantía de los derechos sociales, así como las reformas políticas. Espacialmente, los actos se extendieron en múltiples escalas, involucrando ciudades pequeñas, medianas y grandes, ocupando calles, espacios públicos y de gobierno, así como el uso regimiento de las redes sociales. El propósito de este estudio es investigar la dinámica socioespacial de la cadena de eventos del día de junio, buscando capitalizar sus orígenes, organización, desarrollo, alcance, relaciones, proporciones y significados por operaciones, prácticas y procesos socioespaciales. Las calles y los espacios públicos son símbolos de los flujos productivos que dan forma a la ciudad y su (i)materialidad. Cuando son obstruidos y ocupados de manera insurgente, se convierten en los pilares de la agencia y el poder sociopolíticos. En los actos analizados, el espacio de la ciudad enraizado en el espacio en línea se convirtió en un atuendo para la insurgencia.



**Palabras clave:** Jornadas de Junio. Movimientos sociales. Dinâmica Espacial. Rua.

## **ABSTRACT**

The June Days are a series of protests that took place throughout Brazil between June 16 and 30, 2013 with broad scope and multi-scale integration. Demands demanded the guarantee of social rights as well as political reforms. Spatially, the acts spread in multiscale, involving small, medium and large cities, occupying streets, public and governance spaces, as well as the regimenting use of social networks. The purpose of this study is to investigate the socio-spatial dynamics of the chain of June Day events, seeking to capitalize on their origins, organization, development, scope, relationships, proportions and meanings as socio-spatial operations, practices and processes. The streets and public spaces are symbols of the productive flows that shape the city and its (i)materiality. When obstructed and insurgently occupied, they become the mainstays of sociopolitical agency and power. In the acts analyzed, the space of the city rooted in the online space became an outfit for insurgency.

**Keywords:** June Journeys. Social Movements. Spatial Dynamics. Street.

## **1. INTRODUÇÃO**

Em junho de 2013, o Movimento Passe Livre - movimento de ativismo e discussão em torno do transporte público - e uma coesão de jovens usaram importantes vias paulistanas para protestarem contra o aumento da tarifa do transporte público. Entretanto, a ocupação das ruas ampliou seu escopo e agremiou um grande espectro de adeptos em todo o país, fazendo das ruas o eixo para uma série de reivindicações tocantes a temas sociais, políticos e cotidianos.

O movimento ampliado agarrou-se à etiqueta de “O gigante acordou”, uma alusão ao país “gigante” que acordara para construir uma realidade melhor de vida para todo o povo. O movimento de protestos congregou sentimentos nacionais de desejo de mudança dos paradigmas sociais e políticos do país.

Em São Paulo, a reivindicação vocalizada se posicionava contra o aumento da tarifa de transporte público. As chamadas de indignação e movimentação popular - no cenário em questão - chegaram ao Brasil, inicialmente sob a alcunha aparentemente particularizada do Movimento Passe Livre nos cenários metropolitanos paulistanos. Esta tinha como palco os protestos a favor do direito universal à mobilidade e ao transporte público em contraste à



configuração limítrofe dos grandes centros urbanos expandidos, calcados por ingerência pública e outros problemas de natureza urbana.

“Não é por R\$ 0,20, é por direitos”. Um conclave ao projeto urbano e de vida que se propunha para a metrópole e não se restringia à interpretação parca da carestia dos serviços de transporte público, mas consistia no alerta aos direitos humanos alienados pela desatenção pública e por classes representativas que, fato constatado, já não representavam mais ninguém. Uma luta por dignidade, uma pauta de todos e para todos, uma indignação ecoada nas vozes, nas experiências e nas vivências cidadãs. De São Paulo em reflexo e uníssono para o Brasil. E como se viu, solidariamente, no mundo inteiro.

O escopo do movimento era pontual. Entretanto, sua base já comportava o germe da revolução, do conclave expresso. Não se ater aos centavos de aumento da tarifa era o estopim por uma luta por direitos, ou menos, por melhores condições de vida, por um projeto futuro mais promissor e esperançoso para uma parcela cidadã que o via sob arrefecimento e esvaimento. Aos poucos, o movimento ganha as ruas e a adesão paulista e o eco de toda uma nação unida em consciência, solidariedade e engajamento. Um despertar? Um levantar. Como proclamaram: o gigante acordou.

O gigante subjugado venceu os fios que o prendiam. Fios de precárias ações públicas, fios de uma política de ganhos, de carreiras e espetáculos, fios de má representação, fios de desatenção política, fios de enfraquecimento de uma cultura sociopolítica, fios de problemas estruturais e de gestão, fios que compunham um emaranhado onde os contrários de uma nação emergente se tornavam algozes imperativos e sistêmicos. Mas em seu despertar, um estalo, um recobrar da visão, a restauração da voz, o reanimar dos passos e um convite: vem pra rua.

O convite à rua não é novidade na história dos movimentos sociais e da ocupação urbana. Mas ali, seu frescor fornecia algo com o qual já não se acreditava e não se achava caminhos e condições de reverter. Ocupar à rua, o espaço da vida cotidiana, o espaço dos fluxos, a materialidade do ir e vir, a (i)materialidade do acontecer cotidiano era a chave de tensão pela meta, com a qual os gritos por vida e direitos passaram a se ouvir.

No convite à rua, a ocupação do espaço urbano e público funcionou como uma corrente sanguínea em plena irrigação ou como os impulsos nervosos



em profusão comunicante e ramificados pelo corpo territorial do país. Pés nas ruas, percursos coletivizados, vozes, clamores e um sentido de pertença que rompia a localização material e se elevava a uma localização basal, situada e em sinergia às demais cidades e cantos do país.

Nesse sentido, objetivou-se aqui analisar as dinâmicas socioespaciais das Jornadas de Junho, discutindo seus significados espaciais, investigando as relações entre a ocupação insurgente do espaço público e a produção do espaço urbano e implicações teóricas. A cargo do caso, procurou-se capitular suas origens, organização, desenvolvimento, escopo, relações, proporções e sentidos à guisa de operações, práticas e processos socioespaciais.

Discute-se inicialmente, a partir da teoria, a cidade, seus objetos, fixos, fluxos e processos como substratos e substâncias da ação insurgente. A seguir, reflete-se o caso das Jornadas de Junho, a partir do contexto de ocupação e produção do espaço urbano, destarte os fluxos produtivos, mas nos fluxos reivindicatórios e de disputa.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. Refletindo o espaço público urbano como substrato de insurgência**

A cidade, bem como as ruas, não podem ser reduzidas simplesmente a uma organização funcional do espaço onde atuam diferentes fluxos que lhe conferem ritmo. Nelas, estão reificadas relações concatenadas e complexificadas de natureza geográfica, histórica, econômica, social, política e cultural. De sua paisagem complexa, notam-se ainda as contradições que são próprias desse espaço, influentes não apenas sobre sua forma, mas também sobre sua função, estrutura e processos.

A rua é um espaço que ancora e complexifica as relações humanas com o espaço. Como malha espacial é deflagradora de caminhos, rotas e direções no grande *corpus* urbano e territorial. Como índice e ícone simbólico, agremia em si variáveis que produzem identidades, sustentam devires e plasmam os sujeitos. Embora seu arranjo seja público, ela promove uma constelação intersubjetiva ao tornar funcionais dispositivos coletivos de diálogo, movimentação e expressão social.



Desde a ágora grega ao direito de ir e vir moderno, o espaço de circulação de pessoas e outros fluxos se adere à sistemática cosmológica da vida humana, tal qual contemporaneamente. A rua é, assim, um espaço produzido e produtor de tessituras relacionais, expandindo seu fragor geográfico.

Ora, se a rua se desdobra entre espaço público e intersubjetivo, naturalmente tende a fornecer elementos e estruturas para que consciências e identidades se mobilizem em torno de causas, discursos e a ampliação natural das consciências, visto que inscrita na *polis*, a rua tende a ser um vórtice cidadão, de vivências e protagonismos.

A rua emerge então como uma plataforma de sociabilidade, identidade e devires, articulada em mecanismos geográficos e culturais de encontro e apropriação dessa realidade espacial. Não é difícil dizer de que se trata de um espaço de memórias sociais e culturais, visto que seu uso e sua essencialidade no espaço urbano e nas relações de longa data do homem com esse tipo de espaço imprimem suas marcas históricas. A rua agencia em si a historicidade que por ela trafega, que nela se realiza e que por ela repercute, aafiando-se como memória temporal e, sobremaneira, espacial.

Assim, diversos movimentos e conflitos sociais tomaram por palco e amplificador o espaço das ruas, tornando vívidas suas causas e escoando discursos e experiências culturais. A ida, a ocupação, a apropriação e a significação tecida sobre as ruas não é nova, mas sempre nova. O espaço público e de fluxos continua fornecendo a acústica e a ambiência necessária para que os sujeitos nele desenvolvam diferentes performances. Afinal, o espaço não é estanque e alheio ao sujeito, mas com ele constrói e é construído.

No panorama acinzentado, nas edificações e na socialização mercadológica que marcam o cotidiano atomizado pela repetição e pelo senso de urgência, a cidade - e suas ruas - revelam vigorosidade. Ocorre que, a vitalidade da cidade não é aparente apenas no funcionamento de seu frenesi e fluxos, mas a epiderme urbana abriga uma série de pulsações de vida que interagem consaguineamente com ícones, objetos, contradições e processos diversificados.

Em um espaço marcado pela orientação de trajetórias, pelo tráfego de fluxos e pelo costurar dos acontecimentos cotidianos é capaz de revelar organelas espaciais e temporais, influentes não só para definir e qualificar o



espaço, mas deflagram a atividade humana ali desenvolvida. Isso implica dizer que a corporeidade espacial das ruas e dos espaços compreende a corporeidade da existência humana, funcionando-lhe como extensão vital e camada existencial.

E por essa característica marcante de sujeitos, relações e espaços imbricados, é possível contemplar os ícones que o constituem e também os contrários que o orbitam. O espaço se torna ao mesmo tempo testemunha e partícipe da quotidianidade. Testemunha transformações, eventos, trajetórias e movimentações. Participa de projetos, ações, concepções e mudanças. Quando as ruas são tomadas mais uma vez, revela-se não apenas a tessitura de tal ocorrência, mas tem-se um observatório privilegiado de sua dimensão e significado.

A rua, a cidade e a aquiescência das relações nelas estabelecidas designam dispositivos e elementos espaciais. E o espaço é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, evoca Santos (2002a, p. 29), e ainda, “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002a, p. 39).

Destas definições sobre a natureza do espaço, participam a rua, a cidade e suas relações, como as que aqui são postas em discussão. Ao dialogar com as dinâmicas socioespaciais de um movimento de engajamento sociopolítico, não se parte exclusivamente de uma visão sincrônica - isto é, sociológica apenas - ou diacrônica - apenas histórica -, mas nelas estão expressas e inscritas variáveis espaciais entre objetividade e atividade. E a natureza espacial indica uma interação dinâmica entre objetos e ações, ou melhor, sistemas de objetos e sistemas de ações.

Objetos são dispositivos com os quais o homem se depara, constrói e faz uso no cotidiano, não se atendo à aplicação doméstica, mas designando um instrumento de valor simbólico, isto é, um signo (SANTOS, 2002a). Portanto, os objetos são ícones, índices e símbolos que incidem sobre os sujeitos e os possibilita desenvolver neles e por meio deles relações objetivas e subjetivas, isto é, erigir a realidade, construir o circuito de significação, verter sua existência e entrelaçar essa conjuntura por meio da linguagem.





As ações por sua vez designam eventos, atividades, práticas e movimentos. Trata-se da execução de um ato cujo sentido está contido no projeto, evidenciando um contexto situacional sob o qual essa projeção se desencadeia (SANTOS, 2002a). A ação é um processo que requer propósito para existir e possuir efeitos. Na verdade, a ideia de efeitos ou impactos está ligada estritamente à faculdade de proposição que está contida no gesto da ação.

A ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições (SANTOS, 2002a, p. 53).

Ambos os elementos, objeto e ação, devem ser tratados por meio de abordagem unitária. Como Santos (2002a) define, nem eventos - ação - e nem a materialidade - objeto - se geografizam de maneira indiferente. Esses sistemas se influenciam mutuamente, visto que objetos condicionam ações e ações condicionam novos objetos, numa espécie de relação de causa e efeito, processo e resultado. A combinação entre objetos e ações tonifica a noção espacial:

O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa). Ele resulta de uma sequência e de um conjunto de operações [...] (LEFEBVRE, 1991, p. 111).

Há relações e disputas simbólicas em torno das ações e objetos que povoam a quotidianidade. As ações são qualificadas pelos objetos e os objetos atribuem valor às ações, o que permite dar movimento e progressão ao espaço e seus desdobramentos históricos. Assim, o espaço se configura como:

[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente (SANTOS, 2002b, p. 46).

Objetos e ações constituem simultaneamente os elementos que designam a realidade espacial, bem como os agentes que o produzem. Técnica,





informação, comunicação, ciência se imbricam em movimentos, práxis, reação, engajamento e vivência, constituindo a noção espacial, denotando a espacialidade das camadas que compõem a vida social:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portando, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama forma pela sociedade de hoje e o meio ambiente (SANTOS, 2002a, p. 10).

E ainda:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. [...] O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS, 2002a, p.71).

Soja (1993) postula que o espaço como qualquer outro elemento social é resultado da transformação e da instrumentalização de determinadas condições inerentes à existência, à consciência de sujeito e ao entendimento da experiência vital e, portanto, é também uma estrutura criada, construtiva e produzida socialmente. Espaço, da mesma forma que o tempo, acenam para transformações sociais, sendo simultaneamente seu agente e produto.

A noção espacial aparelhada de objetos e ações se caracteriza pela força de conjunto em que se arranjam objetos geográficos, naturais e sociais - de modo indissociável - e o movimento próprio da vida social é que dá preenchimento e animação a esse corpo de objetos (SANTOS, 2002a).

Santos (2002a) então declara que o espaço se arrola à essência da sociedade, isto é, o conteúdo social não prescinde da espacialidade, não há independência na relação sociedade e espaço. Os objetos geográficos designam formas sociais que se arrolam aos retratos sociais, dotados de pulsões de vida e ação. "O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento A forma, pois têm um papel na realização social" (SANTOS, 2008, p. 10).



No contexto que aqui se constrói com base nas dinâmicas socioespaciais de um movimento de insurgência, não só a forma tem parte na realização social, como assinalou Santos (2008) e continua:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente apresentam apenas realidades, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1985, p. 52).

O conjunto de características analíticas de forma, função, estrutura e processo tem o potencial de explicitar a totalidade social por meio de sua espacialização. Sujeitos, coletividades, movimentos e eventos têm nessas categorias o esclarecimento de sua conjuntura social por meio da experiência espacial que provocam e estimulam.

Nas propriedades definidoras da forma, na meta premente da função, no conjunto contextual da estrutura e no movimento produzido pelos processos é que o espaço se dá. Um conjunto de camadas que diante de objetos e ações orientam a realidade socioespacial, com produtos de socialização e produtos de espacialização, nos quais o resultado é sempre um enredamento indissociável, onde o múltiplo, o diverso e o plural se fundem ao meio e ao sujeito não em mera coexistência, mas em existência per si.

Lefebvre (1991) chama a atenção para a pluralidade de formas de vivência e apreensão do espaço, onde há o espaço percebido - das práticas sociais -, o espaço concebido - das representações do espaço - e o espaço vivido - onde as representações acontecem. E Corrêa (2006) destaca que o espaço é contingencial, isto é, fragmentado, articulado, refletor dos cenários sociais, marcado por símbolos e lutas, empreendendo um projeto e ao mesmo tempo um produto social fruto do tempo e seus agentes.

Todavia, Soja (1993, p. 101) lembra que “o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e da experiência sociais”. Ora, considerando que



o espaço é produto e produção, objeto e ação, projeto e experiência, forma-função e estrutura-processo, tem-se que:

O espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem contra elas. [...] A industrialização, que um dia foi produtora do urbanismo, é agora produzida por ele. [...] Quando usamos as palavras “revolução urbana”, estamos designando o conjunto completo de transformações que permeiam toda a sociedade contemporânea e promovem uma mudança de um período em que predominam as questões do crescimento econômico e da industrialização para o período em que a problemática urbana se torna decisiva (HARVEY, 1980, p. 306 *apud* SOJA, 1993, p. 97).

Na acepção do espaço estão presentes os elementos que constituem a ação e a reação. Os contrários e a rede de estruturas localizam os contrários e expõem as contradições, concomitantemente no ato de produzir, perceber, representar e viver o espaço, estão presentes as energias da ação. Seja essa ação aquela miltoniana que advém da relação com os objetos, ou aquela weberiana<sup>1</sup> que se dá na intercomunicação entre os indivíduos.

Esse processual designa a dialetização do espaço, isto é, a concentração contraditória de elementos que derivam de estruturas e revelam o organismo social denotado em antíteses de si sob teses e sínteses reformuladas constantemente pelos vetores históricos, políticos e econômicos. Em suma, o espaço é construído e desconstruído contínua e sistematicamente. Afinal:

[...] num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial (mundo globalizado), bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares. Constituindo estas diferentes formas de coexistir, materializações diversas, por consequência espaço(s) geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e de novas possibilidades. (SUERTEGARAY, 2001, p. 3)

Regressando aos objetos que tocam as discussões até aqui apresentadas, observa-se que o espaço concebido, percebido e vivido está intrinsecamente ligado à perspectiva social, isto é, ao agenciamento de sujeitos

<sup>1</sup>Teoria da ação social de Max Weber.



e das forças sociais. A significação espacial e da espacialidade tornam o espaço um campo de disputas de poderes, de contradições, de agendas e discursos.

Sob a interação de fixos e fluxos, o espaço desenvolve sua tessitura e torna-se ele mesmo um gatilho de insurgência, um índice de contravenção e um campo de posicionamento das diversas vozes que o habitam, apropriam e o produzem. Ora, a sociedade está embutida nas formas geográficas, o que transforma ela mesma em espaço (SANTOS, 2008).

## **2. 2. A jornada socioespacial de junho de 2013: a insurgência como componente produtor do espaço**

A cidade, o espaço público e as ruas como partícipes da conjuntura espacial radicam-se como meios privilegiados de observação das disputas de poder, vozes, contrários e discursos na sociedade. Manifestações como as jornadas de junho entregam muito mais do que narrativas de demandas organizadas, tradicionalmente vinculadas aos modos sindicais.

Há uma dinâmica socioespacial que precisa ser observada com atenção, visto que os significados atrelados ao espaço e à sociedade em coesão revelam outras profundezas não vistas superficialmente quando a análise é negligente e enquadrada apenas no ativismo tradicional e tido por arrefecido. O espaço da cidade, o lócus que deflagra as forças de insurgência, pode-se dizer que é:

[...] a mais consistente e, no geral, a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo (PARK, 1967, p. 3).

Esta asserção implica em considerar a cidade como uma extensão do desejo - ou projeto - coletivo dos sujeitos. O espaço da cidade - em sua dimensão material, produtiva ou imaterial - deve ser entendido na perspectiva dos sujeitos que dele desenvolvem laços, que nele operam e que nele desenvolvem seus projetos de vida. E quando os sujeitos tomam as ruas em protesto, não anexam



ao espaço uma demanda politizada e politizante apenas, mas ativam uma aquiescência que é própria da realidade espacial.

O espaço - com a polissemia que lhe é própria - é também espaço de insurgência. As contradições, relações de poder e toda sorte de tessituras que compõem suas dinâmicas têm em seu âmago a significação da insurgência. Insurgência que não presta tributo à desordem ou à falência de qualquer construção socioespacial, mas que advém da socialização e da politização própria do sujeito de que falava Aristóteles<sup>2</sup>.

A insurgência que se inscreve no espaço é um processo de agitação dos próprios elementos formadores da realidade espacial. Espaço é singularidade e unidade na medida em que negocia e agencia as potências e a diversidade que é própria de seu uso e experiência. Todavia, espaço é sinal de contradição enquanto move forças e ativa dinamismos que o fazem se constituir espaço cada vez mais, que o potencializam, que o modelam.

A espacialização é em si mesma uma condição que cria e recria a movimentação nos recônditos espaciais, isto é, trata-se de um processo produtor de espaços de luta, nos quais o próprio conteúdo socioespacial das lutas contribui em seu processo de criação, eclosão e desenvolvimento (SANTOS, 2011). O espaço é, portanto, simultaneamente via, conteúdo e experiência de insurgência.

Movimentos como as jornadas de junho se desencadeiam como fatos especiais nas quais experiências de luta são (re)criadas a partir do espaço em que se localizam e fluem. Afinal, o espaço constitui e é constituído das experiências sociais que o elaboram e que por ele são reelaboradas pelo contingente diversificado de experiências que abarcam (SANTOS, 2011). Os movimentos como indumentária de luta têm no espaço uma tessitura de significações, como as de insurgência.

O espaço tem uma natureza de insurgência na medida em que sua própria semântica e essência remetem a uma disputa construtiva de forças que o compõem seus contrários e os cenários imbricados sob suas formas, funções, estruturas e processos. Neste prospecto, os próprios elementos fixos compreendem atividades que modificam os espaços e alteram as condições

---

<sup>2</sup>O homem como animal social e político.



sociais, redefinindo o próprio espaço, nos quais os fluxos introjetam significados e movimentos de transformação e reformulação contínua (SANTOS, 2002a).

No espaço ocupado e apropriado é que toda sorte de relações sociais se movem e produzem o território e suas territorialidades (SAQUET, 2007). No movimento de passe livre ampliado, se juntaram os matizes e os contornos específicos da crescente e diversificada iminência nacional. Seus problemas, suas contradições, desigualdades e sua história introjetaram uma sinergia comum a constituir os passos do gigante adormecido e que passava a, finalmente, se movimentar.

Para a história nacional, não é a primeira vez que rompantes de protesto e ocupação do espaço catalisaram mudanças sociais e políticas. Nas Diretas Já, nos combates da ditadura militar ou com os caras pintadas, o Brasil assistiu ímpetos com semelhanças pontuais aos desdobramentos do fatídico mês de junho de 2013. Mas o gigante havia despertado. Talvez adormecido por uma atmosfera de estabilidade ou pela perda de relevância de sua vigilância que o fizeram cair no sono e atrofiar seu movimento.

O fato é que o gigante, no imaginário popular, acordou. Acordou naquele momento, o que parece indicar o despertar não apenas de uma consciência convidativa à luta, mas um movimento memorial mais intrincado e concatenado com o passado e carente de interpretação. O nutriente advindo da memória de experiências e expectativas antepassadas desencadeou uma força messiânica, conforme Benjamin (1994) e Brandão (1998), de resgate do passado e compromisso com os legados e cada linha escrita anteriormente e que precisavam de desagravo no presente, com vistas a um futuro mais otimista.

No despertar evocado pela memória, pode-se inferir que os novos passos do gigante indicam a gestação ou a restauração de uma nova consciência politizada, isto é, uma cultura política, por si, mas reelaborada, reorientada com os símbolos e tramas que a atualidade pode fornecer do tempo, do espaço e dos sujeitos. Uma cultura em formação, pouco consistente, visto que em todos os movimentos, não apenas o brasileiro - mas estendendo à Europa, África, Oriente Médio e Américas -, prescindiram de uma organização e sistematização definida sobre o que as rupturas e transformações representariam e se tornariam em um a posteriori (CARNEIRO, 2012; HARVEY *et al.*, 2012).



Junho de 2013 nasceu como um movimento delimitado pelo debate e luta em torno da mobilidade urbana e se espalhou pelas ruas como um diapasão de diversas outras demandas do cabide social, econômico e político do Brasil. Nestas jornadas, o espaço - das ruas, dos espaços públicos, da cidade - foi interlocutor e corporificação dos sentidos ali despertados.

Quando se grita “vem pra rua” e a coletividade se põe a levantar nos espaços urbanos, fixos e fluxos (os interrompidos momentaneamente porque testemunham e os instaurados ali porque desencadeiam) se tornam molas e estruturas de insurgência. A ocupação dos espaços não se estabeleceram como receptáculo, mas se constituíram como espaço em movimento.

Quando cartazes são empunhados e a coletividade marcha em protesto, a forma e a função dos elementos espaciais se tornam indumentária de luta. Assim como as estruturas nas quais se apoiam as condições sociais de que se faz protesto e àquelas de que partem o protesto são postas em evidência como o substrato das vocalizações. E nesse contexto, os processos que se arrolam às estruturas são ao mesmo tempo contravenção e combustível das ações.

A cidade como a arena onde os fluxos produtivos constroem a vida urbana. Nela, há ensejos de sujeitos e coletividades que produzem a cidade e simultaneamente produzem sua própria condição. Essa produção, contudo, está regida e subjugada ao regime de poderes, hegemonias e ordenamentos que ditam as cidades, as regiões e o território nacional como um todo.

Desse modo, os sujeitos que produzem toda sorte de ativos urbanos e contribuem para sua operacionalização produtiva social, econômica, política e cultura não estão necessariamente em relação isonômica e posicionados de forma equalizada. As protuberâncias das desigualdades e as assimetrias de poder fazem com que os que vivem, habitam e produzem a cidade nem sempre se sintam pertencentes a ela.

Quando movimentos e querelas são realizados, há uma estética comum: sujeitos que marcham ou ocupam portando discursos, mensagens e objetos reivindicatórios, articulando-se por meio de pressões ou organismos sociais, atraindo atenção pública, midiática, política e governamental.

Desse modo, os corpos que ocuparam as ruas, praças e outros fixos das paisagens urbanas nacionais, os ocuparam de posse do sentimento de





pertença a cidade e o país que produzem na condição de trabalho e cidadania. Pertença posta em xeque ou avariada pelos processo excludentes e detratores dos arrochos sociais dos quais faziam objeção nas manifestações.

Na tomada desses espaços diversos sentidos são recombinaados. A ativação sociopolítica é alinhavada pelo objeto de conflito, isto é, as camadas de vivências e experiências em condições prejudiciais. A seguir, a liberdade evidenciada pelo direito de ir e vir, aditivada pela evidência de direitos civis, sociais e políticos, adicionados ao teor dos atos.

A narrativa do trabalho e do cotidiano também é recuperada nas ações, de modo que os que produzem a cidade, devem ser contemplados por seu desenvolvimento. Ruas, edifícios, monumentos e fixos diversos que compõem a paisagem urbana se reificam como indumentária e arregimentação dos protestos. O resultado da produção torna-se uma unidade que se rebela contra as forças hegemônicas que desarticulam seu pleno gozo.

Destarte a conjuntura político-partidária das quais as Jornadas de Junho se inseriram, é possível sinalizar uma estética particular de tomada do espaço, implicando em uma nova dinâmica socioespacial de insurgência. Nesse contexto, as mobilizações se constituem de seis características fontais: o caráter mobilizador, os processos em rede, a dimensão on e off-line, a multiescalaridade, a produção de territorialidades insurgentes e episódicas.

Os participantes dos atos se organizam por meio de mobilizações sociais específicas. Há um caráter de ensejo pela horizontalidade entre os sujeitos, isto é, com a ausência de lideranças organizadas provenientes de grupos, partidos ou movimento tradicionais, preconiza-se a neutralidade em função do objetivo central do movimento, cuja espontaneidade torna-se superior ao engajamento burocrático e hierarquizado.

Junho de 2013 foi marcado pelas redes de engajamento solidário das manifestações. A narrativa inicial do MPL em São Paulo foi absorvida pelo sentimento nacional de mudança como o estopim para insatisfações se catalisassem em nós e arcos. As redes se estabeleceram por flexão solidária, onde novos atos surgiam em atenção aos iniciais, recuperando e sustentando as mensagens (SANTOS; CUNHA, 2018b).

As redes foram produzidas também por meio das redes sociais e dispositivos de comunicação. Os espaços on-line serviram como frentes de



comunicação autônoma, às narrativas midiáticas tradicionais, e alternativa, fornecendo informações, orientando participantes e garantindo acuidade off-line.

Essa conjuntura de solidariedade reticulada e engajada produziu um movimento em multiescalas. Os atos iniciados na capital paulista, se espalharam pelas capitais e pelas 27 unidades federativas, incluindo cidades de menor porte. A sintonia de mensagens e a consciência de unidade na diversidade fez com que atos de brasileiros se observassem ainda em 73 cidades de 25 países (SANTOS; CUNHA, 2018b).

A diversidade de demandas, sem a organização centralizadora de um movimento tradicional e difusa sobre diferentes partes do país e do mundo congregaram necessidades sociais e afetos, produzindo ativação territorial. Por meio do conteúdo sociopolítico, produziram-se territorialidades insurgentes, o que garantiu o volume dos atos e permitiu que sua difusão disputasse narrativas com a imprensa e os governos (SANTOS; CUNHA, 2018a).

As territorialidades insurgentes foram marcadas por um início abrupto e volumoso que declinou em poucos dias, marcando seu caráter efêmero, denotando territorialidades episódicas (SANTOS, 2019). Ao contrário do que a volatilidade pode sugerir em termos de ineficácia, observa-se que o caráter detonador da mobilização se metaboliza em outros processos, gerando pressões e fortalecendo iniciativas populares, prolongando os efeitos dos atos em termos de narrativa.

Mobilizações em rede como as Jornadas de Junho promovem por meio de sua eclosão, difusão e declínio uma retomada do espaço público, ressignificando os fixos e os fluxos da cidade como roupagem e componente discursivo do conteúdo de insurgência. Ao mesmo tempo, o espaço urbano é reificado a partir de seu ordenamento e rugosidades como substrato, motivação e pauta de luta, sendo ele mesmo luta junto aos sujeitos em movimento.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando os espaços públicos são ocupados, sejam ruas, praças ou unidades administrativas, são interpelados os ícones mais cristalinos do objeto de anelo das demandas dos protestos. Nisto, os objetos incorporados pelas estruturas da cidade, pelos mecanismos sociais e outros dispositivos - como as tecnologias, a serem vistas posteriormente - se investem de ações que designam



as relações sociais que se tonificam diante de objetivos mais ou menos comuns pela via insurgente.

Movimentos sociais, atos e protestos aglutinam em si pulsões socializantes e politizantes que definem sua dinâmica. Todavia, essa aglutinação compreende também a imanência da realidade espacial que é tráfego e testemunha, construção e construtor, objeto e ação, fixos e fluxos.

O retorno às ruas como ação sociopolítica é um ato sempre novo. As aparências e a cobertura pública podem apresentar fragmentos narrativos que por um instante podem denotar significados e representações que pareçam datadas ou frias. Contudo, não se pode negar à movimentação social sua incursão geográfica que não se limita à pontualidade da localização, mas se tornam em jornadas socioespaciais.

Em junho de 2013, pode-se acompanhar a retomada e a ocupação das cidades como radicadores de insurgência, ressignificando os sentidos de reivindicação e da própria forma de pertencer e viver a cidade. A difusão solidária dos atos, renovou a visibilidade do espaço público urbano como pulsão pertencente ao cidadão que o constrói.

As ruas, praças, monumentos e espaços de governança tornam-se arenas de insurgência e insumos da própria querela, já que suas rugosidades depõem conjuntamente ao que se vocaliza nos protestos. É o espaço a testemunha das histórias de vida que se arrocham diante das dificuldades vividas pelo cidadão e que afetam projetos de vida e país.

Além de testemunha, o espaço é também uma poética de existência, já que serve de repositório e vitrine sensível para que a diversidade de sujeitos e variedade de históricos se mobilizem em torno de ideais que projetam a obra urbana como uma obra de pertença e que deve ser construída por todos, recombinao os conflitos como forças espaciais produtoras e produtivas.

#### 4. REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRANDÃO, C. R. A primeira. Walter Benjamin. A dívida solidária com o passado. In: \_\_\_\_\_. **Memória Sertão**: cenários, cenas, pessoas e gestos



nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. São Paulo: Cone Sul; Uberaba: Editora Uniube, 1998. p. 27-34.

CARNEIRO, H. S. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. *et al.* **Occupy**. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. Tradução de João Alexandre Peschanski *et al.* São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

CORRÊA, R. L. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Tradução de D. Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. Hucitec, São Paulo, 1980.

PARK, R. **On Social Control and Colletive Behavior**. Chicago: Chicago University, 1967, p. 3.

HARVEY, D. *et al.* **Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Tradução de João Alexandre Peschanski *et al.* São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

SANTOS, G. S. Mobilizações em rede, territorialidades episódicas e identidades flutuantes: reflexões sobre o movimento #Elenão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS, 9, 2019, Maceió. **Anais do VIII Coninter**. Maceió: Aninter/Unit, 2019.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. As Territorialidades Insurgentes do Gigante Desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas Dinâmicas Territoriais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 35, p. 37-48, 24 jul. 2018a.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. Entre protestos e fluxos: rede e escala nas jornadas de junho de 2013 no Brasil. **Revista Elisée**, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 71-84, jan./jul. 2018b.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002a

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002b.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6 ed. São Paulo: Editora USP, 2008.



SANTOS, R. E. N. **Movimentos sociais e Geografia**: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**: A reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SUERTEGARAY, M. D. A. Espaço uno e múltiplo. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 93, jul. 2001.